

# ACÇÃO E REACÇÃO: CONTRADIÇÕES DAS NOVAS TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES

Priscilla Bagli – FCT/UNESP – priscillabagli@yahoo.com.br<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O rural tem passado por inúmeras mudanças, com significativos impactos, segundo Marques (2002), sobre suas funções e conteúdos. Surgem novas ruralidades. O desafio é pensá-las em suas pluralidades: enquanto lócus de lazer e descanso, da luta pela terra, do modo de vida camponês, do agronegócio, etc.

Pensar a questão da pluralidade é, portanto, pensar a heterogeneidade dos espaços rurais. Heterogeneidade essa que não suprime as contradições, sobretudo, as ressalta.

O rural plural não é um espaço democrático, onde territórios são construídos de acordo com as necessidades de grupo ou classe, sem choques ou oposições. Não. Há o embate de forças, presente e aparente nas mutações nele ocorridas. Pois, conforme aponta Ribeiro (2004, p.47) “o território redonda do arco do poder. Do espaço dominado seletivamente”.

Espaço dominado. Relações enraizadas. Território e territorialidades produzidas. Territorialização que desterritorializa. Enraizamento que desenraíza, promovendo a consequente perda de territórios e territorialidades. Jogo contínuo de dominação, subjugação e desigualdade.

A territorialização é uma constante reconstrução e destruição. Territórios são engendrados (no campo ou na cidade) para suprir necessidades. Se a lógica do modo de produção cria necessidades, também busca saciá-las. Delas se apropria para fortalecer e manter a hegemonia. Transforma-as em mercadorias para que possam ser saciadas via consumo.

A exacerbação da problemática urbana cria necessidades de fuga, valorizando os espaços rurais. Destarte, territórios são construídos para que as exigências sejam saciadas, consumidas. O campo é transformado em espaço de consumo, apropriado por aqueles que buscam fugir (temporária ou permanentemente) da realidade urbana.

Novas territorializações: construção de novos territórios e territorialidades. Em contrapartida, desterritorializações: daqueles que perdem seus territórios e territorialidades, porque são subjugados à lógica hegemônica do capitalismo.

Mas, a toda ação, há uma reação. Eis que a reterritorialização aponta para não findar a contradição viva existente no cerne do modo de produção. Os desenraizados buscam o seu lugar, lutam pela reconquista de seu território e pela reconstrução de suas territorialidades. A conquista, quando concretizada, é temporária e/ou parcial. Temporária, porque constantemente são jogados a escanteio pela lógica dominante. Parcial, pois, no processo de desterritorialização, sofrem mutilações.

Eterna contradição: dos que fogem para o campo momentaneamente ou nele se instalam para viver, e dos que migram para as cidades. Necessidades diferenciadas, mas que se aproximam em um ponto: reforçam as relações estabelecidas entre campo e cidade.

Entretanto, há que se entender as causas dessas migrações. Se ocorrem de forma opcional ou forçosamente pela condições impostas pela lógica excludente. Há os que procuram o campo e os que dele são expulsos. Realidades diferenciadas com desdobramentos distintos.

### **Em busca do outro: suprimindo as ausências pelas estratégias territoriais**

A questão é: a procura pelo campo e valorização da vida rural pode ser considerada uma estratégia territorial? O ponto de partida será a problemática social e ambiental das cidades: como ela motiva a transformação e criação de diferentes territórios e territorialidades.

---

<sup>1</sup> Pesquisa de mestrado financiada pela FAPESP, sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

O rural enquanto lócus de lazer e descanso, conforme já discutido anteriormente, é criado por necessidades que se originam nos espaços urbanos. O cotidiano tenso das cidades motiva a busca pelos espaços rurais. Estes são procurados pelas qualidades que se encontram ausentes na realidade daqueles que os buscam.

Ruralidades procuradas, necessidades satisfeitas. Busca momentânea, quando a procura constitui-se uma espécie de fuga, pois, aqueles que procuram o outro (o que está ausente nas relações cotidianas) não se destituem de seu modo de vida. Vão, saciam suas necessidades, e retornam para a realidade de origem. Busca que as vezes se torna recorrente pela constante procura (nas férias ou finais de semana), ampliando os fluxos entre cidade e campo. Fortalece as diferencialidades de cada espaço, sem promover a homogeneização dos mesmos.

Há também a busca pela permanência. A fuga por aqueles que querem se afastar da realidade urbana, adotando as peculiaridades da vida rural. Afastamento que não implica em destituição total do modo de vida urbano. Há quem queira apenas usufruir as amenidades rurais. Para esses, a lógica urbana prevalece dominante, pois, compras, negócios, finanças e estudos continuam a ela atrelados. O campo é apenas lugar de morada.

A busca pelo campo é uma forma de entrar em contato com uma realidade diferenciada daquela vivenciada cotidianamente. Buscam-se atributos não encontrados nos espaços urbanos. Se os problemas ambientais e sociais de tais espaços (poluição atmosférica e dos cursos d'água, desconforto térmico em virtude da escassa vegetação, aumento da violência, barulho, mau cheiro, dentre outros) constituem-se como fundamento para a busca de uma outra realidade, então essa busca transforma-se em uma estratégia para a construção de outros territórios, conseqüentemente, para a formação de novas territorialidades.

É o que acontece, por exemplo, com as chácaras de recreio e os hotéis-fazendas. Aqueles que buscam esses locais constroem intensas e diferenciadas relações com o território, construindo, portanto, suas territorialidades. Encontram alhures (no campo) o que não encontram em sua realidade cotidiana (na cidade).

Retomando: busca-se o campo como refúgio momentâneo para os problemas da cidade, o que implica a construção de territórios, que supram essa necessidade de fuga, e de novas territorialidades, que representem as diferentes expressões das formas de apropriação desse território.

O rural enquanto espaço de consumo contém uma estratégia territorial que promove o aumento dos fluxos pendulares cidade-campo. Amplia o ir e o vir. A migração para o campo poderia ser maior se não fosse a ausência de alguns aspectos básicos (VEIGA, 2002). Essa questão faz ressaltar a necessidade de políticas públicas para o campo. Políticas que não busquem sua urbanização, mas sim a manutenção de suas peculiaridades, concomitante a criação de condições satisfatórias de vida. Para tanto, dois fatores devem ser considerados.

Primeiro: o campo é lugar diferenciado, mas não isolado. Seus problemas não ficam a ele restritos. Ultrapassam seus limites e atingem as cidades. O êxodo rural aumenta a cada dia pela falta de

incentivos e programas que mantenham a população rural no campo. Êxodo que promove, por sua vez, inchaço das cidades e a conseqüente acentuação da problemática urbana. Esta também extrapola os limites das cidades, atingindo o campo. Portanto, políticas públicas devem ser pensadas levando-se em consideração a interligação existente entre ambos os espaços. A solução de problemas no campo pode implicar em diminuição de problemas nas cidades.

Segundo: o campo não é o lugar da antitecnologia. Os espaços rurais possuem menor grau de transformação (são menos artificializados). É justamente isso que os torna diferenciados frente aos espaços urbanos. Todavia, a pouca transformação não implica que o rural para ser rural necessita estar ausente de tecnologia. Nada seria mais equivocado. Quem procura o campo não quer encontrar miséria, rusticidade e fome. Quer encontrar espaços de vida e/ou de trabalho bem estruturados, onde as relações se desenvolvam sem privações de direitos e de necessidades.

Políticas públicas devem ser elaboradas tendo em vista o uso de tecnologias que tornem as condições de trabalho e vida mais favoráveis aos que já residem no campo e àqueles que para ele querem retornar (seja para passear, passar férias ou morar).

A tendência que valoriza o campo enquanto espaço de consumo pode trazer conseqüências nocivas se não controladas. Apostar no autoequilíbrio pode ser arriscado demais. Regular as formas de apropriação e uso do solo, controlando o desenvolvimento de determinadas atividades, é essencial para diminuir riscos ambientais e problemas sociais no campo e na cidade.

### **Reação: as outras estratégias territoriais**

O retorno ao campo não é procura somente daqueles que querem fugir dos problemas urbanos. Há também os que o buscam para reconstruir seu modo de vida. Para esses, o campo não é mera residência, mas também local de trabalho e sobrevivência. Vêm o rural não como refúgio, mas sim como base de sobrevivência. Trabalhadores que, expulsos do campo, migraram para as cidades, e que, novamente, procuram o campo para reconquistar sua terra (território), suas relações (territorialidades) e seu modo de vida (rural).

O crescimento dos movimentos de luta pela terra demonstra a quanto tal realidade está presente na atualidade. Uma afronta aos que pregam a extinção do rural e do campesinato. Permanecem vivos no momento em que as pressões para a sua extinção se tornam mais fortes. Sobrevivem ao holocausto.

Negados pela lógica que os exclui, se afirmam frente à realidade que reconstroem (ou buscam reconstruir) mesmo que de forma paralela. Reação à ação. Reagem a desterritorialização, procurando (re) territorializar-se. Movimento que não cessa, luta que não finda. Luta que se desdobra no campo (e por ele) e na cidade (e contra ela).

Há uma extrema diferença entre aqueles que migram para as cidades obrigados, e aqueles que vão para o campo por opção<sup>2</sup>. Os que optam pelo campo mediante uma estratégia territorial de construção de

---

<sup>2</sup> Nos referimos aqui, apenas aqueles que buscam o campo enquanto fuga momentânea em virtude dos problemas urbanos vivenciados no cotidiano.

uma outra realidade não se destituem de seus hábitos urbanos. Tais estratégias são formas de incorporar uma outra realidade sem destituir-se da sua.

Contrariamente ocorre com aqueles que migram para as cidades obrigados, sejam eles expropriados pelo uso da força física ou não. Marx, quando analisa no livro primeiro do Capital as condições de subnutrição do trabalhador industrial, em virtude da má alimentação, referencia-se em um relatório geral sobre a situação de saúde do Dr. Simon, que diz “a privação de alimentos é suportada com muita relutância e que, em regra, dietas muito deficientes só ocorrem quando outras privações as precederam”, ou seja, antes mesmo de se instaurar a insuficiência alimentar “a economia doméstica já terá sido despojada de todo conforto material” (citado por Marx, no Livro Primeiro do Capital).

Pensemos que privações semelhantes ocorrem com os trabalhadores rurais para que possamos refletir além. Se a subnutrição ocorre quando os trabalhadores já se despojaram de outras necessidades menos vitais (moradia, vestuário, utensílios domésticos) e as levaram a um limite extremo, dificultando a própria sobrevivência, a migração para a cidade ocorre quando não há mais o que se reduzir.

Aqueles que migram, o fazem porque buscam uma situação melhor do que se encontram ou porque fogem da realidade precária que os oprime (embora na maior parte das vezes encontrem situações tão análogas quanto as vivenciadas em seu local de origem).

Ao migrar, perdem seu território; ao perder seu território, migram. Parte desses migrantes não desejavam mudar de vida para sempre. Por isso, constroem outro território nas cidades, que, em parte, reproduz as territorialidades passadas.

Estudos recentes na Geografia têm demonstrado estratégias de populações rurais nas grandes e pequenas cidades. Merecem destaque dois trabalhos apresentados no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária “O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social”, realizado de 05 a 08 e Novembro de 2003. No primeiro deles “Agricultura Familiar e Metropolitana na comunidade de Bom Jardim em Mário Campos-MG: uma abordagem ambiental”, Ronan Silva Rodrigues e Maria Aparecida dos Santos Tubaldini tratam das estratégias familiares rurais no município acima citado. Demonstram como a produção agrícola nos lotes no interior da cidade, por eles denominados de agricultura de fundo de quintal, apresenta-se enquanto estratégia de reprodução e sobrevivência familiar.

Outro trabalho é “O Campo Pernambucano e as Políticas Públicas: o caso da Agricultura Urbana na cidade do Recife”, apresentado por Maria Rita de Melo Machado e Willians Oliveira dos Santos. Os autores procuram demonstrar como aquilo que denominam de “agricultura urbana” funciona como estratégia de sobrevivência de famílias carentes. A peculiaridade desse caso ocorre pelo fato que os cultivos agrícolas são realizados em áreas públicas de risco (próximas aos grilhões de energia elétrica), portanto, não há residências no local. Nesse caso, as estratégias extrapolam o local de moradia.

Qual a importância desses trabalhos? Além de inserirem novas informações para as discussões recentes, trazem à tona duas necessidades: a de compreender as estratégias territoriais rurais no interior das cidades, e a de refutar simplificações sobre a discussão da relação campo-cidade, como a idéia de

urbanização do campo. Tais trabalhos nos fazem pensar não apenas o urbano para além das cidades, mas também o rural para além do campo. As heterogeneidades demonstram que as análises devem recusar o pensar unilateral. Se a realidade é plural, por que pensá-la de maneira unilateral?

Nota-se, nesses trabalhos, duas formas de estratégias. Outros exemplos podem ser pensados com realidades ainda mais contrastantes. Peguemos, pois, o caso de Campinas, município que possui aproximadamente um milhão de habitantes e onde está situado o Parque D. Pedro – o maior shopping-center da América Latina. Esse shopping situa-se próximo a um curso d'água (menos de 200 metros) que, embora ainda possua uma mata ciliar considerável, está extremamente assoreado em virtude dos sedimentos que são trazidos da montante do rio. Também apresenta poluição por esgoto doméstico.

Percebe-se claramente o processo de expansão urbana e de valorização dos terrenos pela construção de condomínios e prédios de luxo nas proximidades do shopping. Os vazios urbanos, num espaço muito curto de tempo, vão sendo preenchidos com construções residenciais e comerciais.

Entretanto, há, concomitante a esses fatos, outra realidade: a dos moradores que possuem lotes bem próximos ao fundo de vale. Lá não estão para usufruir os serviços e produtos oferecidos pelo shopping. Não utilizam o seu espaço para divertimento ou lazer. Também não estão nessas áreas pelo fato delas serem altamente valorizadas. Não que talvez esses não fossem seus desejos. Há, entre esses moradores, uma lógica que lhes é peculiar: a da luta pela sobrevivência.

Nesses lotes, ilegais e irregulares, os moradores desenvolvem a agricultura. Egressos do campo, as estratégias demonstram como o aprendizado pretérito é a base que assegura no presente a sobrevivência.

É fato que tantas outras estratégias existem. O que não é levado em conta é o fato de que tais pessoas usam estratégias anteriores e as adaptam como instrumentos de sobrevivência. E que por meio dessas estratégias, reproduzem o modo de vida anterior. Perdem a territorialidade, mas também a levam consigo, reconstruindo-a, mesmo que de forma mutilada pelas limitações impostas.

Marques (2002, p.109) ressalta que nem sempre a ida para as cidades implica em mudança de estilo de vida, pois “o trabalhador brasileiro experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência”. Destarte, “verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumo urbanos no campo” (MARQUES, 2002, p.109)

Embora parte dos migrantes não quisesse mudar de vida, nem perder seus hábitos rurais, as condições os impõem limites. Deixam de compor a periferia rural para fazer parte de uma outra periferia: a urbana. A precariedade existia na realidade do campo, permanece na cidade. Tornam-se seres híbridos, reconstruindo territorialidades dentro das limitações das condições presentes. Perdem hábitos em virtude do processo de desterritorialização, mas constroem outros quando se territorializam em outros espaços.

Entretanto, os novos hábitos não o emancipam de sua condição limítrofe. Então, na perda, se reencontram. Ao defrontar-se com as mutilações de suas territorialidades passadas, criam o desejo de conquistá-las por inteiro novamente, de reconquistar o território perdido.

Nesse momento, o território como trunfo transforma a luta em meio de conquista, mas também se torna elemento mediador entre os movimentos sociais e a luta. Território enquanto fim e meio. Luta enquanto estratégia territorial de inserção social. Luta no e pelo território.

A própria dinâmica dos movimentos sociais de luta pela terra ressalta a importância em compreender a dinâmica entre campo e cidade. Cada vez mais se nota a presença de trabalhadores urbanos no movimento dos trabalhadores sem-terra. O crescimento do movimento dos sem-teto demonstra a propagação dessas formas de lutas: do campo à cidade.

Refletir sobre as variadas estratégias territoriais contribui para compreender as heterogeneidades dos espaços rurais e urbanos e suas contradições.

### **Considerações finais**

Mudanças recentes na dinâmica do campo e da cidade têm contribuído para questionar as definições clássicas existentes. Novas demandas. Espaços remodelados. Relações ampliadas. Estratégias criadas. Questionamentos. Espaços que se diferenciam, frente ao fortalecimento de suas peculiaridades. Todavia que não se antagonizam, excluindo-se mutuamente. Ao contrário. Diferenças que se complementam. Opostos que se atraem.

Ligações ampliadas e construídas. Rural e urbano extrapolam seus limites clássicos, tornando-se necessário entendê-los para além do campo e da cidade.

Espaços plurais. Realidades contrastantes. Negação e afirmação contínua do vivido pela busca do outro. Este, ausente pela essência das relações estabelecidas no cotidiano ou pela supressão promovida pela lógica excludente. Busca pelo outro que está alhures, ou que se encontra mutilado na vida cotidiana construída sobre as ruínas do ontem.

Construção. Destruição. Reconstrução. Territórios estrategicamente construídos para suprir necessidades alhures, ou para promover a sobrevivência. Territorialidades construídas e ou fortalecidas. Outras destruídas e reconstruídas precariamente. Luta pela satisfação. Luta pela sobrevivência.

Movimento que não cessa. Territorialização, desterritorialização, reterritorialização. Mudanças ocorridas. Realidades transformadas. Espaços em constante metamorfose.

O território e as territorialidades são formas de visualizar as mudanças e estratégias desenvolvidas nos espaços rurais e urbanos. Podem, portanto, servir de apoio para políticas públicas que busquem a superação dos problemas do campo e da cidade, desde que sejam entendidas as relações que se estabelecem entre eles. Qualquer política que não assimile tais relações se torna mera medida paliativa.

Todavia, compreender a dinâmica e a pluralidade dos espaços não significa suprimir a contradição. Pois os territórios e as territorialidades não são tecidos num espaço democrático, justo e sem conflitos. A contradição se exprime pela e na formação territorial. Há sempre embates que ocorrem no e pelo território com desdobramentos para os que se territorializam e os que são desterritorializados. Frente às mudanças ocorridas, seria um equívoco continuar pensando que a questão agrária é um problema restrito ao campo, ou que os problemas urbanos se restringem aos limites das cidades. Essa visão restrita impede que as conexões estabelecidas entre campo e cidade sejam visualizadas.

### **Bibliografia**

- MACHADO, Maria Rita de Melo; SANTOS, Willians Oliveira dos. O Campo Pernambucano e as Políticas Públicas: o caso da Agricultura Urbana na cidade do Recife. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA / SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. II / I, 2002, São Paulo. Anais. CD-ROM.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Terra Livre: Geografia, movimentos sociais e teoria.** São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.
- MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2002. 144p. (Obra Prima de Cada Autor, 44) Trad. Pietro Nassetti. 144p.
- RIBEIRO, Júlio César. A natureza social do espaço produzido: o trabalho e a relação homem-natureza ao longo do tempo. In: **Cosmos.** Presidente Prudente, n° 2, p. 40-52, jan/abr. 2004
- RODRIGUES, Ronan Silva; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Agricultura Familiar e Metropolitana na comunidade de Bom Jardim em Mário Campos-MG: uma abordagem ambiental. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA / SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. II / I, 2002, São Paulo. Anais. CD-ROM.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias.** Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.